



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS  
DE 8 DE JANEIRO DE 2023**

**CPMI - 8 de JANEIRO**

**Requer a realização de acareação entre os senhores Marco Edson Gonçalves Dias, ex-Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e o General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-Comandante do Comando Militar do Planalto.**

**REQUERIMENTO Nº DE 2023**

Com fundamento no art. 58, da Constituição Federal combinado com o art. 2º, da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional, combinado com o art. 229 do Código de Processo Penal, requiro a convocação, com vistas à acareação, dos senhores Marco Edson Gonçalves Dias, ex-Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-Comandante do Comando Militar do Planalto para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) tem como objetivo investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos Três Poderes da República, em Brasília/DF.

Nunca na história deste país o Palácio do Planalto havia sido invadido e depredado, mesmo com diversas tentativas ao longo dos anos, haja vista que possui um sistema de segurança altamente eficiente.



No dia 8 de janeiro do corrente ano, o Plano Escudo não foi acionado preventivamente. A análise de risco, segundo informações apresentadas, apontava para uma situação de normalidade, mesmo diante das informações difundidas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e encaminhadas ao ex-Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Gonçalves Dias. Mesmo com as manifestações já previamente anunciadas, não houve emprego de efetivo adequado para o controle de distúrbios.

Durante sua declaração na CPI dos antidemocráticos, promovida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, o General Dutra, que era o Comandante do Comando Militar do Planalto (CMP) na época, relatou que por volta das 14h30 do dia 8 de janeiro, fez uma ligação telefônica para um membro do GSI, com objetivo de transmitir sua decisão e pedir que o GSI formalizasse o pedido de envio de tropas ao CMP. Graças a essa ação do General, o Palácio do Planalto recebeu um reforço de militares do Exército Brasileiro. Ressalta-se que estas tropas já estavam em prontidão desde 31 de outubro de 2022, devido ao acampamento nas proximidades do Quartel-General.

Por outro lado, o ex-Ministro Gonçalves Dias, afirma que foi a partir de seu contato com o General Dutra que se mobilizou um reforço urgente e imediato para o Palácio do Planalto.

É importante destacar que a motivação para a atual solicitação se deve a um evidente descompasso entre as informações apresentadas pelos atores envolvidos. Nesse cenário, ressalta-se a necessidade urgente de esclarecimentos e respostas às divergências apontadas, incluindo, mas não se limitando às já citadas.

Ante o exposto, considera-se que a acareação entre os senhores Marco Edson Gonçalves Dias, ex-Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-Comandante do Comando Militar do Planalto, permitirá a elucidação de diversos aspectos relacionados ao objeto de investigação da presente Comissão.

Sala da Comissão, 6 de setembro de 2023.

Senador Eduardo Girão